

REPORTAGEM ESPECIAL

Mercado de Créditos de Carbono gerou US\$ 80 bilhões em 2025

No Brasil, B3 registrou 5,4 milhões de créditos comercializados no mercado privado

Marcus Meneghetti

Os 41 mercados regulados de créditos de carbono geraram uma receita recorde de quase US\$ 80 bilhões no mundo, segundo o relatório deste ano da International Carbon Action Partnership (ICAP). O Banco Mundial estima que, apesar da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris ter marcado retrocessos no combate à emergência climática, a comercialização de créditos subiu 8% em 2025.

De olho nessa tendência, o mercado de capitais tem investido no setor – fomentando a negociação de créditos no mercado voluntário (em que as empresas negociam emissões de carbono mesmo sem serem obrigadas pela legislação). Muitas empresas do

setor financeiro enxergam os créditos de carbono como um mercado cada vez mais resiliente.

Em meio ao “tarifaço” dos EUA, conflitos armados e a variação dos preços no mercado de ações, o preço médio dos créditos de carbono dobrou nos últimos 10 anos. De acordo com o Banco Mundial, o preço passou de US\$ 10,00 por tonelada de CO₂ em 2016, para US\$ 21,00 em 2026.

O Banco Mundial observa ainda que, em 2025, foram registrados 433 milhões de créditos de carbono no planeta. Cada crédito corresponde à redução de emissões ou a retirada de uma tonelada de CO₂ da atmosfera. O número é 23% menor que o recorde registrado em 2022 – quando foram registrados 559 milhões de créditos.

Apesar disso, o relatório de 2026 do Banco Mundial sobre o tema indica que a tendência ainda é de expansão. “A emissão de créditos de carbono cresceu 8% de

2024 a 2025, mantendo-se 20% abaixo do nível alcançado em 2022, mas 80% acima dos registros feitos em 2016.”

Fernando Visser, diretor de negócios e inovação da Re.Green – empresa especializada em reflorestamento e que participa do mercado de carbono – avalia que o mercado global de créditos continua avançando. “Hoje existe uma dinâmica muito forte puxada pelo setor privado. Grandes empresas globais assumiram metas climáticas próprias e continuam buscando soluções de longo prazo para descarbonização e remoção de carbono”, analisa Visser.

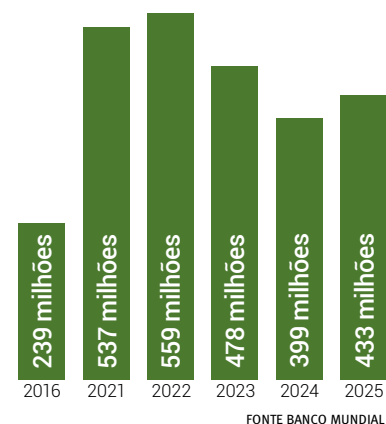
Atualmente, todos os créditos de carbono comercializados no mundo representam apenas 26% do total das emissões. Além disso, sete governos estaduais e nacionais estão em fase de implementação dos seus mercados regulados – como o estado de Nova York, a Turquia, a Colômbia, o Chile e o Brasil.



Fernando Visser, diretor de negócios e inovação da Re.Green

Registro de créditos de carbono 2021-2025 em comparação com 2016

Em ton/CO₂



Embora o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões só comece a sair do papel no final de 2026, a Organização das Nações Unidas (ONU) enxerga o Brasil como um possível líder nesse mercado. Enquanto o Brasil não regula esse mercado, a bolsa de valores brasileira – a B3 – trabalha com iniciativas de registro e comercialização de créditos de carbono entre os entes privados. O Ministério da Fazenda estima que a demanda por créditos de carbono do mercado voluntário

deve alcançar R\$ 14 bilhões em 2040 e R\$ 28 bilhões em 2050.

“Desde 2023, a B3 já mantém um ambiente de registro de créditos de carbono voltado ao mercado voluntário, responsável pelo controle de titularidade, características e operações desses ativos. Ao final de 2025, o Registro B3 acumulava 5,4 milhões de créditos de carbono registrados, dos quais 80% estavam sob custódia de fundos de investimento”, relata a superintendente de sustentabilidade da B3, Virginia Nicolau.

Brasil traz inovação em projeto de reflorestamento

A concessão da Floresta Nacional (Flona) de Bom Futuro (RO) à empresa Re.Green – oficializada em março na B3 – inaugurou um modelo que pode revolucionar a viabilidade econômica das ações de reflorestamento no Brasil. A modelagem desenvolvida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permite que a empresa concessionária gere créditos de carbono de alta qualidade ao regenerar a floresta nativa.

“A Flona de Bom Futuro representa uma mudança importante

na lógica tradicional das concessões florestais no Brasil. Historicamente, as concessões florestais estão muito associadas à preservação com suporte do manejo madeireiro. Nesse caso, estamos falando de uma concessão estruturada prioritariamente para restauração ecológica e geração de créditos de carbono”, explica o diretor de negócios e inovação da Re.Green, Fernando Visser.

Ele prossegue: “A floresta continua pertencendo à União. A Re.Green recebeu o direito de restaurar, manejar e proteger aquela

área dentro de regras estabelecidas pelo governo federal. A lógica econômica central passa a ser o carbono capturado pela restauração da vegetação nativa ao longo do tempo.”

A concessão tem duração de 40 anos e envolve dezenas de milhares de hectares. Parte da área será restaurada e outra corresponde à manutenção e proteção de floresta existente. A previsão de investimentos é de R\$ 87 milhões. O potencial de captura de CO₂ é superior a 1,3 milhão de toneladas.



Concessão da Flona inaugurou modelo que tende a transformar a viabilidade econômica de ações de reflorestamento

Mercado de carbono pode elevar o PIB brasileiro em 5,8% até 2040

Um estudo do Banco Mundial e do Ministério da Fazenda estima que o mercado regulado de carbono tem capacidade de elevar o PIB do Brasil em 5,8% até 2040. A estimativa de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) é de 21% nesse período. Atualmente, o governo brasileiro trabalha em parceria com o setor privado na regulamentação desse mercado, que deve começar a sair do papel até o fim de 2026.

A Lei 15.042 de 2024 cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), inspirado no modelo chamado de “Teto e Comércio” – o mesmo utilizado na União Europeia. Nesse sistema, o governo define um limite total de emissões (o teto) e distribui direitos de emitir (cotas) para grandes empresas de setores que emitem mais GEE, como a indústria, produção de energia e transporte.

Ao mesmo tempo, o sistema permite a negociação dessas cotas (o Comércio): quem reduzir mais suas emissões pode vender suas cotas para quem ainda

não conseguiu se adaptar. Além disso, projetos que resultam na retirada de poluentes da atmosfera – como reflorestamento, por exemplo – podem gerar créditos de carbono.

O texto estabelece que empresas com emissões acima de 10 mil toneladas de CO₂ por ano deverão apresentar um relatório das suas emissões. As companhias que emitem acima de 25 mil toneladas anuais poderão ser submetidas a um limite obrigatório de emissão. Trata-se de um universo restrito a 0,1% das empresas brasileiras. Os primeiros setores que deverão reportar suas atividades devem começar a ser anunciados ainda neste ano.

A projeção da Fazenda é de que o SBCE deve arrecadar cerca de R\$ 57 bilhões com leilões de cotas até 2040. E 75% desse valor será destinado ao Fundo Clima, destinado a financiar projetos de descarbonização da indústria nacional. Até 2050, o SBCE pode aumentar em 8,5% o PIB brasileiro e diminuir em 27% as emissões de GEE.